

A normatividade branca e representação racial no telejornalismo brasileiro: o Caso Heraldo Pereira¹

Kenson Koskur Coelho²
Shayene Ferreira de Jesus³
Valquíria Michela John⁴
Universidade Federal do Paraná - UFPR

RESUMO

O artigo analisa a branquitude e suas implicações na representação racial no telejornalismo brasileiro, tomando como estudo de caso a trajetória do jornalista Heraldo Pereira. Investiga como a lógica da branquitude estrutura o campo midiático, sustenta narrativas excludentes e perpetua desigualdades raciais. Dialoga com autores como Munanga (2004), Ribeiro (2019) e Nascimento (1989), além de pensar a imprensa negra como prática contra-hegemônica e locus de resistência. Discute os mecanismos simbólicos que invisibilizam corpos negros, naturalizam privilégios brancos e limitam a diversidade nas redações. Conclui-se que o telejornalismo brasileiro, embora apresente avanços pontuais, segue operando sob um regime de normatividade racial branca, no qual presenças negras, como a de Heraldo Pereira, são raras e condicionadas à lógica da branquitude.

PALAVRAS-CHAVE: Branquitude; Telejornalismo; Representação Racial; Comunicação Antirracista; Heraldo Pereira.

INTRODUÇÃO

A televisão brasileira, desde sua origem, estabeleceu padrões estéticos e discursivos que moldaram a forma como o público compreende autoridade, credibilidade e imparcialidade. No campo do telejornalismo, essa normatização se expressa de maneira contundente pela hegemonia da branquitude na composição das bancadas dos principais noticiários do país. Ainda que o Brasil seja um país de maioria negra, a presença de jornalistas negros nas posições de maior visibilidade — sobretudo como âncoras de telejornais — permanece uma exceção. Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre a persistência da branquitude como padrão estético e simbólico no

¹ Trabalho apresentado na IJ01 – Jornalismo- da Intercom Júnior – 21ª Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação 3º. semestre do Curso de Jornalismo (UFPR). Email: kensonckoskur@gmail.com

³ Mestranda em Comunicação (PPGCOM/UFPR). E-mail: shayimprensa@gmail.com

⁴ Professora Permanente do PPGCOM e dos cursos de graduação em Jornalismo, Publicidade e Relações Públicas da UFPR, e-mail: valquiriajohn@ufpr.br

audiovisual jornalístico brasileiro, com ênfase no caso de Heraldo Pereira, único jornalista negro a ocupar o posto de apresentador eventual do *Jornal Nacional*, mesmo após quase quatro décadas de atuação na TV Globo.

Para compreender a estrutura que sustenta essa exclusão sistemática, é essencial recorrer ao conceito de “pacto narcísico da branquitude”, formulado por Cida Bento (2022). Segundo a autora, trata-se de um acordo implícito entre pessoas brancas para a manutenção de seus privilégios, mesmo à custa da exclusão do outro racializado. Esse pacto opera de forma silenciosa e eficaz em instituições como a mídia, produzindo e reproduzindo uma lógica estética e simbólica em que a branquitude é tida como o modelo neutro, desejável e legítimo. Essa lógica está diretamente ligada à escolha de rostos brancos para representar a “imparcialidade” jornalística, um atributo que se pretende universal, mas que, na prática, é racialmente codificado.

A importância de discutir esse tema ultrapassa a noção de representatividade como presença pontual. É necessário investigar o que está em jogo quando o rosto negro aparece como exceção em espaços historicamente ocupados por pessoas brancas. Afinal, a visibilidade não garante, por si só, equidade simbólica ou deslocamento das estruturas de poder racializadas. A representatividade, quando desarticulada de um projeto de transformação institucional, pode funcionar como *tokenismo* — uma aparência de inclusão que mascara a permanência das desigualdades.

Outrossim, este artigo tem como objetivo geral analisar a persistência da branquitude como norma estética no jornalismo televisivo brasileiro, explorando as implicações simbólicas, políticas e institucionais dessa hegemonia racial. Como objetivos específicos, propõe-se: Investigar como o pacto da branquitude atua na formação e reprodução dos padrões estéticos no telejornalismo; Analisar a trajetória de Heraldo Pereira como estudo de caso representativo das contradições entre mérito, visibilidade e estrutura racial; Refletir sobre os limites da representatividade racial sem mudanças estruturais nas lógicas de poder midiático.

A pesquisa utiliza abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica e estudo de caso. A hipótese defendida é que, apesar de avanços pontuais na visibilidade de jornalistas negros, como o caso de Heraldo Pereira, a branquitude ainda opera como norma estética e simbólica no jornalismo televisivo brasileiro, sendo sustentada por

dispositivos institucionais e culturais que perpetuam desigualdades raciais sob a aparência de neutralidade.

1. BRANQUITUDE: CONCEITOS, FUNDAMENTOS E IMPLICAÇÕES NA COMUNICAÇÃO

O conceito de branquitude emerge como um campo teórico que desloca o olhar da opressão vivida pelos grupos racializados para o lugar social e simbólico dos sujeitos brancos, historicamente situados como a norma, o universal, o neutro. Segundo Ruth Frankenberg (1993), a branquitude se constitui como um ponto de referência não marcado, cujos privilégios são naturalizados e invisibilizados.

No contexto brasileiro, autores como Lia Vainer Schucman (2014) e Cida Bento (2022) aprofundam essa reflexão, demonstrando que a branquitude não é apenas um marcador fenotípico, mas um sistema de poder que organiza desigualdades raciais de forma estrutural e persistente. Ela atua tanto no acesso a recursos materiais quanto no controle simbólico dos espaços de fala, de representação e de legitimação.

No campo midiático, a branquitude manifesta-se na centralidade de corpos, vozes, estéticas e narrativas brancas. Como aponta Gomes (2012), a mídia não apenas reflete a sociedade, mas também é agente ativo na reprodução das hierarquias raciais. As escolhas editoriais, os enquadramentos, os silenciamentos e até mesmo os critérios de seleção estética dos apresentadores e jornalistas são permeados por esse regime racial.

No telejornalismo, isso se traduz na predominância de profissionais brancos nas bancadas, na invisibilidade de pautas que interessam diretamente às populações negras e na reprodução de estigmas quando estas aparecem nas notícias, geralmente associadas à criminalidade, pobreza ou violência.

2. A REPRESENTAÇÃO RACIAL NO TELEJORNALISMO BRASILEIRO

Historicamente, o telejornalismo brasileiro foi construído sobre uma estética e uma lógica discursiva que privilegia a branquitude como parâmetro de credibilidade, neutralidade e autoridade. Como discute Munanga (2004), o Brasil sustenta um mito de democracia racial que, na prática, esconde e dissimula profundas desigualdades raciais.

Essa normatividade branca se evidencia tanto na ausência de jornalistas negros em posições de destaque quanto na forma como as pautas são selecionadas e tratadas. A negação do racismo como pauta relevante e a marginalização de temas que envolvem a população negra são expressões diretas desse funcionamento.

Estudos reunidos em *Telejornalismos possíveis* (Mello et al., 2024) evidenciam como a lógica interseccional — que articula raça, classe e gênero — é frequentemente silenciada nas narrativas jornalísticas. No capítulo sobre o movimento *Say Her Name*, Fraga (2024) mostra que, em 773 edições do *Jornal da Globo*, o caso de Amarildo de Souza⁴ foi citado 28 vezes, enquanto o de Cláudia Silva Ferreira⁵, apareceu apenas duas vezes, por menos de 45 segundos cada.

Nesse contexto, Heraldo Pereira representa um caso paradigmático dentro desse cenário. Sua ascensão ao posto de apresentador do *Jornal Nacional* — principal telejornal da Rede Globo e do país — é frequentemente celebrada como um marco de diversidade. No entanto, sua trajetória deve ser analisada criticamente sob a ótica da branquitude.

A presença de Heraldo, embora importante, não altera estruturalmente o quadro de sub-representação negra na mídia. Ao contrário, ela pode funcionar como uma “muleta simbólica” para as empresas midiáticas reafirmarem seu compromisso superficial com a diversidade, sem, contudo, enfrentar as práticas estruturais de exclusão (Bento, 2022). A excepcionalidade de Heraldo demonstra o quanto a presença negra ainda é condicionada à necessidade de corresponder aos códigos da branquitude — seja no tom de voz, na neutralidade afetiva, na estética ou na maneira de se posicionar publicamente.

A mídia, enquanto aparelho ideológico atua na reprodução das estruturas sociais, inclusive das hierarquias raciais. No telejornalismo, isso se manifesta tanto na ausência de profissionais negros⁶ quanto na forma como pessoas negras são retratadas —

⁴ Ajudante de pedreiro, desapareceu após ser levado por policiais da UPP na Rocinha em 2013; seu corpo nunca foi encontrado.

⁵ Mulher negra, foi baleada pela PM em 2014 e teve seu corpo arrastado por 300 metros preso à viatura no Rio de Janeiro.

⁶ Segundo Rocha (2023), apenas 9,5% dos jornalistas dos três principais jornais brasileiros — *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo* — se autodeclararam negros, enquanto 84,4% são brancos. A distribuição por veículos evidencia desigualdades ainda mais profundas: no *Estadão*, 88,7% da equipe é branca; na *Folha*, 84,1%; e em *O Globo*, 79%. Entre os profissionais identificados como negros, apenas 3,4% se declaram pretos e 6,1% pardos.

geralmente associadas à violência, pobreza ou marginalidade. Segundo Hall (2003), os meios de comunicação são fundamentais na produção e circulação de representações que naturalizam as desigualdades, reforçando estigmas e construindo subjetividades racializadas.

Neste contexto, o campo da Comunicação no Brasil — e, particularmente, os espaços promovidos pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) — tem se mostrado essencial para tensionar essas estruturas e visibilizar pesquisas que interrogam o racismo midiático, a colonialidade dos saberes jornalísticos e os silenciamentos epistêmicos que moldam as rotinas produtivas. Levantamento realizado por Coutinho e Santos (2023), a partir da análise dos anais do 44º e 45º Congressos da Intercom, evidenciou um aumento de 26% na produção de artigos que abordam questões raciais entre 2021 e 2022, com destaque para a autoria feminina, responsável por cerca de 65% dessas publicações, especialmente nas regiões Sudeste e Nordeste, o que reforça a necessidade do protagonismo de pesquisadoras negras e antirracistas na construção de epistemologias críticas sobre mídia e racialidade.

2.1. A IMPRENSA NEGRA COMO CONTRAPONTO

Desde o século XIX, a imprensa negra brasileira surge como um instrumento de resistência, denúncia e construção de subjetividades negras. Publicações como *O Menelick*, *A Voz da Raça*, *Jornal Quilombo* e, mais recentemente, veículos como *Geledés*, *Alma Preta*, *Agência Mural* e *Nosso Coletivo Negro*, têm desempenhado papel fundamental na disputa por narrativas.

Segundo Nascimento (1989), a imprensa negra não é apenas uma ferramenta informativa, mas também uma estratégia de insurgência contra a colonialidade do saber e do poder. Ela cria espaços onde a população negra se vê, se reconhece e produz discursos próprios, rompendo com a lógica de silenciamento da mídia hegemônica.

A emergência de coletivos, agências e plataformas de comunicação negra no ambiente digital não apenas desafia a hegemonia da mídia tradicional, como também oferece modelos concretos de comunicação antirracista. Esses espaços recusam a estética e a lógica eurocêntrica, priorizando pautas, linguagens e olhares a partir da experiência negra. Nesse sentido, enquanto o telejornalismo hegemônico ainda opera

sob os códigos da branquitude, a comunicação negra propõe outra epistemologia, centrada na coletividade, na ancestralidade e na afirmação identitária (Ribeiro, 2019).

A branquitude não é apenas uma identidade racial, mas uma tecnologia de poder que regula quem tem o direito de falar, de ser visto e de ser reconhecido como legítimo nos espaços públicos. Bourdieu (1997) já advertia sobre o poder simbólico como uma forma de violência invisível que naturaliza hierarquias.

No telejornalismo, essa violência simbólica se expressa tanto pela ausência de corpos negros nas bancadas quanto pela criminalização ou estigmatização das populações negras nas pautas. O caso de Heraldo Pereira ilustra como o acesso de indivíduos negros a esses espaços é mediado por sua capacidade de performar a branquitude — seja na estética, na linguagem ou na conduta.

Promover uma comunicação antirracista exige mais do que a inclusão simbólica de profissionais negros. Implica rever práticas editoriais, repensar critérios estéticos e narrativos, e, sobretudo, reconhecer que a mídia é um dos pilares do racismo estrutural.

Essa transformação só será possível se acompanhada de uma mudança institucional, que inclua políticas afirmativas nas contratações, formação antirracista contínua para as equipes e uma revisão profunda das metodologias de produção jornalística.

3. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DE ANÁLISE

A compreensão crítica sobre a representação racial no telejornalismo brasileiro exige uma abordagem teórica que contemple as estruturas simbólicas do racismo, bem como as formas pelas quais a branquitude opera como norma no campo da comunicação. Para isso, autores nacionais e internacionais contribuem de forma significativa ao debate.

Ruth Frankenberg (1993) introduz o conceito de branquitude como uma construção social que se afirma como norma invisível, estabelecendo padrões de comportamento, aparência e valores tidos como universais. Essa perspectiva é aprofundada no contexto brasileiro por Lia Vainer Schucman (2014), que analisa os mecanismos pelos quais a branquitude se reproduz como lugar de privilégio e neutralidade, e por Cida Bento (2022), que desenvolve o conceito de “pacto narcísico da

branquitude” — um acordo implícito que sustenta privilégios brancos, inclusive no campo midiático.

No campo da mídia, Stuart Hall (2003) argumenta que os meios de comunicação desempenham papel central na construção e reprodução de estereótipos raciais. Hall sustenta que as representações não apenas refletem a realidade, mas produzem significados sociais, influenciando diretamente a percepção pública sobre os grupos racializados. Essa produção simbólica se articula com o que Bourdieu (1997) chama de poder simbólico: a capacidade de naturalizar hierarquias sociais por meio de classificações aparentemente neutras, mas carregadas de ideologia.

Grada Kilomba (2019) denuncia as armadilhas da diversidade simbólica, ao apontar que a presença de corpos negros nos espaços de poder, sem a incorporação de suas epistemologias, é insuficiente para promover transformação estrutural. A autora propõe uma crítica contundente à forma como a branquitude absorve a estética da diversidade sem romper com seus fundamentos excludentes.

Rodrigues e Freitas (2019), ao discutirem as vozes negras na comunicação, sublinham a relevância da imprensa negra como locus de resistência e disputa discursiva. Para os autores, a imprensa alternativa constitui “um espaço da esfera pública em que a articulação e a visibilidade políticas da agenda de movimentos sociais ganham amplitude, sob perspectiva democrática e de transformação social” (p. 84). O surgimento do jornal *O Homem de Côr*, em 1833, é marco simbólico dessa trajetória.

Felipe Cardoso dos Santos (2024), em sua análise do telejornalismo regional em Santa Catarina, demonstra como o discurso da neutralidade estética e editorial é racializado, sendo a branquitude constantemente reafirmada como signo de civilidade e autoridade. Seus estudos evidenciam que a exclusão de narrativas negras é ativa e estrutural, mesmo em contextos em que a diversidade étnico-racial é evidente.

Essa base teórica permite compreender que a branquitude não atua apenas na aparência ou na performance jornalística, mas se configura como um sistema de poder que define os critérios de visibilidade, legitimidade e autoridade no campo da comunicação. Ao evidenciar os limites da representatividade desarticulada de transformações estruturais, os autores aqui mobilizados reforçam a urgência de uma

comunicação antirracista que rompa com os pactos silenciosos da branquitude e reposicione a centralidade das epistemologias negras.

4. O CASO HERALDO PEREIRA

A presença de Heraldo Pereira como apresentador eventual do *Jornal Nacional* é, muitas vezes, apontada como símbolo de progresso na luta por mais diversidade racial no telejornalismo brasileiro. No entanto, uma análise mais aprofundada revela que sua trajetória representa mais uma exceção do que uma ruptura com a norma racial que rege o audiovisual no Brasil. O jornalista, que atua na Rede Globo desde 1985, apenas nas últimas décadas passou a ser incluído nos espaços de maior visibilidade da emissora — e ainda assim de forma pontual, subordinada à lógica da alternância e da substituição eventual.

Segundo O portal Memória Globo (2021), em 2002, Heraldo Pereira se tornou o primeiro jornalista negro a apresentar permanentemente o *Jornal Nacional*, contudo, sua participação era exclusivamente aos sábados. Ao longo de sua carreira, Pereira (2002) recebeu diversos prêmios, incluindo o Prêmio Camélia da Liberdade em 2008 e o Troféu Raça Negra em 2011, reconhecendo sua contribuição para a representatividade negra na mídia brasileira.

Essa condição de “exceção tolerada” se articula diretamente com o que Felipe Cardoso dos Santos (2024) identifica como invisibilidade estrutural e racialmente codificada no telejornalismo regional. Em sua análise da representação da população negra nos programas do *Jornal do Almoço* em Joinville (SC), Cardoso (2024) mostra como o telejornalismo não apenas apaga a presença negra da história da cidade, mas também reitera continuamente o *ethos germânico* como símbolo de progresso, civilidade e pertencimento. Sua pesquisa aponta que, mesmo nas celebrações oficiais da cidade, os sujeitos negros são ausentes ou aparecem de maneira estereotipada e pontual — quase sempre como figurantes, raramente como protagonistas da narrativa pública.

Emerim e Silva (2023) argumentam que mesmo os profissionais negros que atingem lugares de visibilidade na televisão são submetidos a um controle estético e discursivo que opera sob os códigos da branquitude. A imagem de jornalistas como Glória Maria e Heraldo Pereira é cuidadosamente modulada por meio da maquiagem,

dos cortes de cabelo e da neutralidade expressiva exigida pelo padrão do “corpo burguês branco”. demonstrando que a presença negra é autorizada apenas quando não tensiona a estética normativa.

Assim, a lógica da representação simbólica se mantém: corpos negros são permitidos desde que acomodados às regras não ditas da branquitude estrutural que comanda o campo midiático.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso analítico desenvolvido neste artigo permitiu demonstrar que a branquitude não é apenas um marcador fenotípico ou uma questão de representatividade na mídia, mas sim um sistema sofisticado de poder, material e simbólico, que estrutura a lógica de funcionamento das práticas jornalísticas no Brasil. A análise do caso de Heraldo Pereira evidencia como o telejornalismo opera na manutenção de uma estética eurocêntrica, na produção de discursos que reforçam a normatividade branca e na resistência à pluralidade epistêmica.

No entanto, é preciso reconhecer que estamos vivendo um momento de inflexão histórica. As pressões dos movimentos sociais negros, a expansão da imprensa negra, a democratização do acesso às tecnologias de comunicação e o fortalecimento de redes de contra-narrativas têm colocado em xeque a hegemonia discursiva da mídia tradicional. Nunca foi tão evidente a urgência de romper com os pactos silenciosos que sustentam a branquitude nas redações e nas linhas editoriais.

A comunicação antirracista, portanto, não é mais uma demanda ética opcional, mas uma exigência histórica, política e epistemológica. Romper com o colonialismo midiático implica repensar desde as estruturas organizacionais até as epistemologias que sustentam o fazer jornalístico. Isso inclui rever quem pauta, quem narra, quem é fonte, quem é considerado especialista, e quais corpos e saberes são validados.

REFERÊNCIAS

- ALMA PRETA JORNALISMO. **Manual de redação**. São Paulo: Alma Preta, 2023.
BENTO, Maria Aparecida da Silva. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
COUTINHO, Renan da Silva; SANTOS, Karina Aparecida dos. **Cartografia das epistemologias negras nos anais da Intercom (2021-2022)**. In: Congresso Brasileiro De Ciências Da Comunicação – Intercom, 46., 2023, Belo Horizonte. Anais [...]. São

- Paulo: Intercom, 2023. Disponível em: https://sistemas.intercom.org.br/pdf/link_aceite/nacional/11/0816202310184564dccc592fa3.pdf. Acesso em: 7 jul. 2025.
- FERREIRA, Camila Caroline de O. et al. **Enfrentamento do racismo pela ABEPSS: a ação estudantil em defesa das cotas na pós-graduação.** In: MARTINS, Tereza Cristina Santos; SILVA, Nelmires Ferreira da (org.). **Racismo estrutural, institucional e Serviço Social.** São Cristóvão (SE): Editora UFS, 2020. p. 235–259.
- FRAGA, Larissa Caldeira de. **O movimento Say Her Name e a invisibilidade da morte de mulheres negras: a cobertura dos casos Breonna Taylor e Cláudia Silva Ferreira no Jornal da Globo.** In: MELLO, Edna; ANDRADE, Ana Paula Goulart de; PEREIRA, Ariane; COUTINHO, Iluska; FINGER, Cristiane (org.). **Telejornalismos possíveis: emergências e interseccionalidades.** 1. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2024. p. 17–40. (Coleção Jornalismo Audiovisual, v. 19).
- EMERIM, Cárlica; SILVA, Edna de Mello. **O negro no telejornalismo: breve estudo sobre a imagem discursiva de Glória Maria, Heraldo Pereira e novos rostos no jornalismo de televisão.** In: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2023, Belo Horizonte. Anais [...]. São Paulo: Intercom, 2023. Disponível em: https://sistemas.intercom.org.br/pdf/link_aceite/nacional/11/0816202323582564dd8cd15f708.pdf. Acesso em: 7 jul. 2025.
- FRANKENBERG, Ruth. **White women, race matters: the social construction of whiteness.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.
- GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores: entre saberes e práticas.** Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** 2. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Petrópolis: Vozes, 2004.
- NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1989.
- RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ROCHA, Igor. **Estudo revela que apenas 9,5% dos jornalistas dos grandes veículos são negros.** Notícia Preta, 25 maio 2023. Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/estudo-jornalistas-negros/>. Acesso em: 7 jul. 2025.
- RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane Gonçalves. **As vozes de mulheres negras em três tempos.** In: CORRÊA, Laura Guimarães (Org.). **Vozes negras em comunicação.** São Paulo: Autêntica, 2019. p. 83–103.
- SANTOS, Felipe Cardoso dos. **A representação da população negra nos programas do Jornal do Almoço durante as celebrações do aniversário de Joinville/SC (2011-2020).** 2024. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2024. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/95076>. Acesso em: 9 maio 2025.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo.** São Paulo: Veneta, 2014.
- MEMÓRIA GLOBO. Heraldo Pereira. Rio de Janeiro: Globo, 29 out. 2021. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/perfil/heraldo-pereira/noticia/heraldo-pereira.ghtml>. Acesso em: 12 maio 2025.